

ANEXO II: CONDIÇÕES GERAIS DOS CONTRATOS DE SUBVENÇÃO

< Atenção, a tradução do contrato e seus anexos estão disponíveis para fins informativos; o contrato será assinado em francês ou inglês, de acordo com a preferência do coordenador.>

ÍNDICE

1. Disposições gerais	3
2. Obrigações de apresentação de relatórios descritivos e financeiros.....	5
3. Responsabilidade.....	6
4. Conflito de interesses	6
5. Confidencialidade	7
6. Visibilidade	7
7. Propriedade e utilização dos resultados da ação e dos ativos.....	8
8. Avaliação e acompanhamento da ação.....	9
9. Modificação do contrato	9
10. Implementação.....	9
11. Prorrogação e suspensão	10
12. Rescisão do contrato	12
13. Direito aplicável e resolução de litígios	15
14. Custos elegíveis	16
15. Pagamentos e juros de mora.....	19
16. Contabilidade e controlos técnicos e financeiros.....	25
17. Montante final da subvenção.....	27
18. Cobrança.....	28

DISPOSIÇÕES GERAIS E ADMINISTRATIVAS

ARTIGO 1: DISPOSIÇÕES GERAIS¹

Princípios gerais

- 1.1. O(s) beneficiário(s) e a Expertise France são as únicas partes do contrato. Não fazendo parte do contrato, a Comissão Europeia apenas possui os direitos e deveres que estão explicitamente mencionados naquele.
- 1.2. O contrato e os pagamentos que daí resultam só podem ser cedidos a um terceiro com o consentimento prévio, por escrito, da Expertise France.

Proteção de dados

- 1.3. Todos os dados pessoais serão tratados apenas para efeitos de execução, de gestão e de acompanhamento do contrato pela Expertise France, e poderão ser igualmente transmitidos às entidades encarregadas de uma função de controlo ou de inspeção, ao abrigo do direito da União Europeia e do direito francês. O(s) beneficiário(s) têm o direito de aceder aos respetivos dados pessoais, bem como o direito de retificação dos mesmos. Quaisquer questões do(s) beneficiário(s) relativas ao tratamento dos respetivos dados pessoais podem ser endereçadas à Expertise France. O(s) beneficiário(s) têm o direito de recorrer, a qualquer momento, à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados ou à Comissão Nacional da Informática e Liberdades (CNIL).
- 1.4. O(s) beneficiário(s) devem limitar o acesso aos dados pessoais ao que é estritamente necessário à execução, à gestão e ao acompanhamento do contrato, e tomam as medidas de segurança adequadas, nos planos técnico e organizacional, de maneira a assegurar a mais rigorosa confidencialidade e a limitar o acesso a estes dados.

Função dos beneficiários

- 1.5. O(s) beneficiário(s):
 - a) são individual e solidariamente responsáveis, perante a Expertise France, pela execução da ação, e tomam todas as medidas necessárias e razoáveis para assegurar a realização da ação, de acordo com a sua descrição, que figura no anexo I e nas condições do

¹ No âmbito das subvenções de funcionamento, o termo “ação” designa o “programa de trabalho”. O termo “coordenador” designa o beneficiário identificado como coordenador, nas condições particulares. O termo “beneficiário(s)” designa, coletivamente, todos os beneficiários da ação, incluindo o coordenador. Se a ação apenas tiver um beneficiário, os termos “beneficiário(s)” e “coordenador” consideram-se designativos do único beneficiário da ação. A expressão “parte(s) do contrato” designa a parte signatária do contrato (nomeadamente o(s) beneficiário(s) e a Expertise France). Qualquer referência aos “dias”, no contrato, é designativa dos dias do calendário, salvo indicação em contrário

contrato.

- b) Para este efeito, os beneficiários executam a ação com todo o cuidado, a eficácia e a diligência exigidos, de acordo com o princípio da boa gestão financeira e conforme as melhores práticas neste domínio;
- c) assumem, individual ou solidariamente, a responsabilidade de todas as obrigações que lhes são incumbidas no âmbito do contrato;
- d) transmitem ao coordenador os dados necessários para redigir os relatórios, estabelecer as demonstrações financeiras e qualquer outra informação ou documento exigidos pelo contrato e respetivos anexos, assim como todas as informações necessárias em caso de auditoria, de controlo, de acompanhamento ou de avaliação, segundo as modalidades previstas no artigo 16;
- e) enviam, pelo intermediário do coordenador, todas as informações a fornecer à Expertise France, e qualquer outro pedido que lhe seja endereçado;
- f) concluem os acordos internos necessários para a coordenação interna e a representação dos beneficiários da Expertise France, relativamente a qualquer questão que envolva o contrato, de acordo com as disposições deste último, e conforme a legislação aplicável.

Funções do coordenador

1.6. O coordenador:

- a) verifica se a ação é implementada conforme o contrato e assegura, no âmbito da implementação da ação, a coordenação com todos os beneficiário(s);
- b) serve de intermediário para todas as comunicações entre o(s) beneficiário(s) e a Expertise France;
- c) é encarregado de apresentar, à Expertise France, todos os documentos e informações exigidos pelo contrato, principalmente no que diz respeito aos relatórios e aos pedidos de pagamento. Quando as informações são exigidas por parte do(s) beneficiário(s), o coordenador é responsável por obtê-las, por verificá-las e por agrupá-las, antes de as apresentar à Expertise France.
- d) Todas as informações apresentadas, assim como todos os pedidos endereçados pelo coordenador, à Expertise France, são considerados como tendo sido aprovados por todos os beneficiários;
- e) informa a Expertise France acerca de todas as circunstâncias suscetíveis de afetar ou de atrasar a implementação da ação;
- f) informa a Expertise France acerca de todas as mudanças jurídicas, financeiras, técnicas, de organização e de controlo dos beneficiários, bem como quaisquer alterações de nome, de morada ou do representante legal de um dos beneficiários;
- g) é responsável pelas auditorias, controlos, acompanhamentos e avaliações descritos no artigo 16, por fornecer todos os documentos necessários, nomeadamente as contas dos beneficiários, as cópias dos documentos comprovativos mais importantes e os

exemplares assinados de todos os contratos concluídos, nos termos do estipulado no artigo 10;

- h) assume total responsabilidade financeira da boa execução da ação, na observância do contrato;
- i) toma as providências necessárias para apresentar a garantia financeira, se for pedida, de acordo com as disposições do artigo 4.2, das condições particulares;
- j) gere os pedidos de pagamento, em conformidade com o contrato;
- k) é o único beneficiário, em nome do(s) beneficiário(s), dos pagamentos efetuados pela Expertise France. O coordenador deve, de seguida, pagar, sem atraso injustificado, o montante devido a cada beneficiário.
- l) não delega nenhuma destas funções, total ou parcialmente, ao(s) beneficiário(s) ou a outras entidades.

ARTIGO 2: OBRIGAÇÕES DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DESCRITIVOS E FINANCEIROS

2.1. O(s) beneficiário(s) fornecem, à Expertise France, todas as informações necessárias sobre a implementação da ação. Os relatórios devem descrever a implementação da ação, consoante as atividades previstas, as dificuldades encontradas e as medidas tomadas para superar os problemas, as mudanças eventualmente introduzidas, bem como o grau de cumprimento dos resultados (impacto, resultados, ou realizações) segundo os indicadores que o permitem medir. Os relatórios devem, igualmente, ser concebidos de maneira a permitir o acompanhamento dos objetivos da ação, os meios previstos ou utilizados, e os detalhes do orçamento da ação. O nível de detalhe de todos os relatórios deve corresponder tanto à descrição como ao orçamento da ação. O coordenador recolhe todas as informações necessárias e estabelece os relatórios intermédios e finais, consolidados. Estes relatórios:

- a) abrangem a totalidade da ação, independentemente da parte de financiamento da Expertise France;
- b) contêm uma parte descritiva e uma parte financeira e são redigidos conforme os modelos incluídos no anexo VI;
- c) disponibilizam uma enunciativa completa de todos os aspectos relativos à implementação da ação durante o período abrangido, incluindo, no caso da aplicação de opções de custos simplificados, os elementos qualitativos e quantitativos que permitem demonstrar que as condições de reembolso mencionadas no contrato são cumpridas;
- d) incluem os resultados atuais numa tabela atualizada, com base na matriz do quadro lógico de projeto, compreendendo os resultados alcançados pela ação (impacto, realizações e resultados), segundo os indicadores que os permitem medir; as referências de base e as metas estabelecidas, assim como as fontes de verificação pertinentes;
- e) determinam se a lógica de intervenção continua a ser válida, e propõem modificações

pertinentes, incluindo no que diz respeito à matriz do quadro lógico de projeto;

- f) são redigidos de acordo com a moeda e a língua do contrato;
- g) incluem todas as atualizações do plano de comunicação, como previsto no artigo 6.2;
- h) incluem todos os pareceres, as publicações, os comunicados de imprensa e as atualizações úteis referentes à ação.

2.2. Para além destas alíneas, o relatório final:

- a) cobre todo o período que não é abrangido pelos relatórios anteriores;
- b) inclui os documentos comprovativos das transferências de propriedade mencionadas no artigo 7.5.

2.3. As condições particulares podem incluir outras obrigações relativamente aos relatórios.

2.4. A Expertise France pode, em qualquer altura, pedir informações complementares, que serão disponibilizadas pelo coordenador, no prazo de trinta dias após o pedido, na língua do contrato.

2.5. Os relatórios são apresentados juntamente com os pedidos de pagamento, conforme as disposições estipuladas no artigo 15. Se o coordenador não disponibilizar o relatório ou as informações complementares requisitados pela Expertise France nos prazos previstos, sem apresentar uma explicação aceitável e uma justificação por escrito, a Expertise France pode rescindir o contrato, nos termos das disposições do artigo 12.2, alíneas a) e f).

ARTIGO 3: RESPONSABILIDADE

3.1. A Expertise France não pode, em caso algum ou por motivo algum, responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados aos colaboradores ou aos bens do(s) beneficiário(s) no momento da implementação da ação ou na sequência da mesma. Por estes motivos, não será admitido qualquer pedido de indemnização ou de aumento de pagamentos, pela Expertise France.

3.2. Os beneficiários são responsáveis por terceiros e por danos e prejuízos de qualquer tipo que sejam causados por estes, no momento da implementação da ação ou na sua sequência. Os beneficiários aliviam a Expertise France de toda a responsabilidade relativa às reclamações e às acusações resultantes de infrações a leis ou regulamentos cometidas por eles, pelos empregados ou por pessoas pelas quais são responsáveis, ou de violações dos direitos de terceiros. Para efeitos do presente Artigo 3, os assalariados do/dos beneficiário(s) são considerados como terceiros.

ARTIGO 4: CONFLITO DE INTERESSES E BOA CONDUTA

4.1. Os beneficiários tomam todas as medidas necessárias para prevenir ou erradicar todas as situações suscetíveis de comprometer a execução imparcial e objetiva do contrato. Um conflito

-
- de interesses pode resultar de interesses económicos, de afinidade política ou nacional, de vínculos familiares ou sentimentais, ou de qualquer outro tipo de relações ou interesses comuns.
- 4.2. Qualquer conflito de interesses que ocorra durante a execução do contrato deve ser relatado, imediatamente e por escrito, à Expertise France. Em caso de conflito desta natureza, o coordenador toma, imediatamente, todas as medidas necessárias para o erradicar.
- 4.3. A Expertise France reserva-se o direito de verificar que essas medidas são adequadas e de exigir, quando necessário, que sejam tomadas medidas complementares.
- 4.4. Os beneficiários assegurar-se-ão que os membros da respetiva equipa, incluindo da direção, não se envolvem em situações geradoras de conflitos de interesses. Sem prejuízo das respetivas obrigações no âmbito do contrato, o(s) beneficiário(s) substituem, imediatamente e sem indemnização por parte da Expertise France, todos os membros da respetiva equipa ligados a tal situação.
- 4.5. Os beneficiários respeitam os direitos humanos e a legislação ambiental aplicável, nomeadamente os acordos multilaterais em matéria ambiental e em matéria de legislação laboral.

ARTIGO 5: CONFIDENCIALIDADE

- 5.1. De acordo com o artigo 16, a Expertise France e os beneficiários comprometem-se a preservar a confidencialidade de toda a informação, seja de que forma for, divulgada, por escrito ou oralmente, que esteja ligada à execução do contrato e referida, por escrito, como sendo confidencial, pelo menos até ao final do período de 5 anos contado a partir do pagamento do saldo.
- 5.2. É da responsabilidade dos beneficiários não utilizar informações confidenciais para outros fins que não o do cumprimento das obrigações que lhes são incumbidas em virtude do contrato, salvo acordo em contrário com a Expertise France.
- 5.3. Mesmo quando a Comissão Europeia não é a autoridade contratante, tem acesso a todos os documentos comunicados àquela, aos quais garante a mesma confidencialidade.

ARTIGO 6: VISIBILIDADE

- 6.1. Salvo um pedido ou acordo em contrário por parte da Comissão Europeia ou da Expertise France, o(s) beneficiário(s) tomam todas as medidas necessárias para assegurarem a visibilidade do financiamento ou do cofinanciamento da União Europeia.
- 6.2. O coordenador submete um plano de comunicação, à aprovação da Expertise France, e prepara um relatório sobre a respetiva implementação conforme o artigo 2.
- 6.3. O(s) beneficiário(s) devem mencionar, principalmente, a ação e a contribuição financeira da

- Expertise France ou da União Europeia, quando informam os beneficiários finais da ação, nos respetivos relatórios internos e anuais e aquando de eventuais contactos com os média. Eles afixam o logo da Expertise France e da União Europeia, quando for apropriado.
- 6.4. Qualquer comunicação ou publicação dos beneficiários que diga respeito à ação, incluindo publicações acerca de conferências ou de seminários, deve mencionar que essa ação teve o apoio financeiro da União Europeia ou da Expertise France. Qualquer publicação por parte do(s) beneficiário(s), seja de que forma for ou por que meio for publicada, mesmo sendo pela *Internet*, deve incluir a menção seguinte: “O presente documento foi elaborado com a ajuda financeira da União Europeia ou da Expertise France. O conteúdo deste documento é da responsabilidade exclusiva de <nome dos beneficiários> e não reflete, de modo algum, o ponto de vista da Expertise France.”
- 6.5. Os beneficiários autorizam a Expertise France a publicar os respetivos nomes e moradas, nacionalidade, o propósito da subvenção, a duração do projeto e o local de implementação, assim como o montante máximo da subvenção e a taxa de financiamento dos custos da ação, tal como estipulado no artigo 3 das condições particulares. A publicação destas informações pode ser dispensada se tal puser em risco a segurança dos beneficiários ou prejudicar os respetivos interesses.

ARTIGO 7: PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AÇÃO E DOS ATIVOS

- 7.1. Salvo disposições contrárias às condições particulares, a propriedade, os títulos e os direitos de propriedade industrial e intelectual dos resultados da ação, bem como dos relatórios e outros documentos que digam respeito a esta última, pertencem aos beneficiários.
- 7.2. Sem prejuízo das disposições do artigo 7.1, os beneficiários concedem à Expertise France (e à Comissão Europeia, quando não é autoridade contratante) o direito de utilizar livremente e da forma que considerar mais adequada, e nomeadamente de conservar, modificar, traduzir, apresentar, reproduzir, publicar ou comunicar, por qualquer meio, todos os documentos, sob qualquer forma, derivados da ação, de acordo com os direitos de propriedade industrial e intelectual preexistentes.
- 7.3. Os beneficiários garantem que dispõem de todos os direitos de explorar os direitos de propriedade intelectual preexistentes necessários à execução do contrato.
- 7.4. Se pessoas físicas reconhecíveis estiverem representadas numa fotografia ou num filme, o coordenador deve apresentar, no seu relatório à Expertise France, uma declaração destas pessoas a autorizar a utilização das suas imagens. O disposto não se aplica a fotografias e filmes feitos em espaços públicos, onde as pessoas presentes não são identificadas com facilidade, nem se aplica a personalidades públicas no exercício das suas atividades.
- 7.5. Salvo menção em contrário na Descrição da Ação, os equipamentos, os veículos e os materiais financiados pelo orçamento da ação são transferidos aos beneficiários finais da ação, o mais

tardar aquando da apresentação do relatório final. Caso não haja beneficiários finais da ação a quem transferir estes bens, o(s) beneficiário(s) podem transferi-los:

- às autoridades locais,
- aos beneficiários locais,
- às entidades afiliadas locais,
- a uma outra ação financiada pela Expertise France,
- ou, excecionalmente, manter a propriedade destes bens.

Neste caso, o Coordenador deve remeter um pedido por escrito e fundamentado de autorização prévia, à Expertise France, acompanhado de um inventário relativo aos bens em questão e de uma proposta relativa à sua utilização, em tempo útil e o mais tardar aquando da apresentação do relatório final.

Em caso algum, a utilização final destes bens deve comprometer a sustentabilidade da ação ou resultar em lucro para os beneficiários.

- 7.6. As cópias dos comprovativos de transferência dos equipamentos e dos veículos de um valor unitário superior a 5.000 EUR estão anexadas ao relatório final; os originais são guardados pelo(s) beneficiário(s), para efeitos de controlo.

ARTIGO 8: AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO

- 8.1. Quando uma avaliação intercalar ou *ex post*, ou uma missão de acompanhamento é empreendida pela Expertise France, o coordenador compromete-se a disponibilizar à Expertise France e/ou a pessoas mandatadas por ela, todos os documentos ou informações necessários a essa missão de avaliação ou de acompanhamento. Os representantes da Expertise France devem ser convidados a participar nas principais missões de acompanhamento relativas à realização da ação pelos beneficiários.
- 8.2. Quando uma parte (o(s) beneficiário(s) ou a Expertise France) efetua ou manda efetuar uma avaliação, no âmbito da ação, deve apresentar uma cópia do relatório de avaliação à outra parte.

ARTIGO 9: MODIFICAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. Quaisquer modificações ao contrato, incluindo os respetivos anexos, devem ser registadas por escrito. O contrato só pode ser modificado durante o respetivo período de execução.
- 9.2. A modificação não pode ter por objetivo ou como efeito, fazer com que sejam realizadas alterações ao contrato suscetíveis de pôr em causa a decisão de concessão da subvenção, nem violar o princípio de igualdade de tratamento entre requerentes. O montante máximo da subvenção, mencionado no artigo 3.2 das condições particulares, não pode ser aumentado.
- 9.3. Quando uma modificação é pedida pelos beneficiários, o coordenador deve remeter um pedido

devidamente justificado, para a Expertise France, trinta dias antes da data de produção de efeitos prevista, exceto em casos particulares devidamente justificados e aceites pela Expertise France.

- 9.4. Quando uma modificação ao orçamento ou à descrição da ação não afeta a finalidade fundamental da ação e a incidência financeira se limita a uma transferência entre rubricas no interior de uma mesma rubrica principal do orçamento, nomeadamente a supressão ou a introdução de uma rubrica, ou a uma transferência entre rubricas principais do orçamento, acarretando uma variação igual ou inferior a 25% relativamente ao montante inicial (se aplicável, modificado por uma adenda) de cada rubrica principal abrangida por custos elegíveis, o coordenador pode modificar o orçamento ou a descrição da ação e informar a Expertise France, por escrito, de imediato, o mais tardar no relatório seguinte. Este método não pode ser utilizado para modificar as rubricas relativas aos custos indiretos, às reservas para imprevistos, às doações em espécie, ou para modificar os montantes ou as taxas das opções de custos simplificados, definidos no contrato.
- 9.5. Modificações às moradas, à conta bancária ou ao auditor, podem ser notificadas pelo coordenador. A Expertise France tem, no entanto, o direito, em casos devidamente justificados, de recusar a escolha feita pelo coordenador.
- 9.6. A Expertise France reserva-se o direito de exigir a substituição do auditor mencionado no artigo 5.2 das condições particulares, caso elementos desconhecidos no momento da celebração do contrato façam duvidar da respetiva independência ou do respetivo profissionalismo.

ARTIGO 10: IMPLEMENTAÇÃO

Contratos de implementação

- 10.1. Quando a implementação da ação requer a adjudicação de contratos pelo(s) beneficiário(s), apenas uma parte limitada da ação pode ser considerada, e os procedimentos de adjudicação de contratos, assim como as regras de nacionalidade e de origem definidas no anexo IV do contrato, devem ser respeitados.
- 10.2. Na medida do necessário, o(s) beneficiário(s) devem assegurar que as condições que lhes são aplicáveis, em virtude dos artigos 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 16 das presentes condições gerais, sejam igualmente aplicáveis aos titulares do contrato de implementação.
- 10.3. O coordenador disponibiliza, no respetivo relatório à Expertise France, uma enunciativa completa e detalhada da adjudicação e da execução dos contratos de implementação, atribuídos em conformidade com o artigo 10.1, nos termos das obrigações relativamente aos pareceres, que figuram na secção 2 do Anexo VI.

Apoio financeiro a terceiros

- 10.4. Por forma a apoiar a realização dos objetivos da ação e, em especial, sempre que a implementação da ação requeira atribuir um apoio financeiro a terceiros, o(s) beneficiário(s) podem proporcionar esse apoio financeiro, caso as condições particulares o prevejam.
- 10.5. O montante máximo do apoio é de 60.000 EUR por cada entidade terceira, salvo quando a ação tem por finalidade principal a redistribuição da subvenção.
- 10.6. Conforme as instruções da Expertise France, a descrição da ação define os tipos de entidades elegíveis para apoio financeiro e inclui uma lista definitiva dos tipos de atividades elegíveis. Os critérios de seleção dos terceiros que beneficiam deste apoio financeiro, bem como os critérios que permitem determinar o montante exato deste apoio, devem ser igualmente especificados.
- 10.7. O coordenador disponibiliza, no respetivo relatório à Expertise France, uma enunciativa completa e detalhada da adjudicação e da implementação do apoio financeiro. Estes relatórios devem disponibilizar, entre outros, informações sobre os procedimentos de concessão, as identidades dos beneficiários destes apoios financeiros, os montantes concedidos, os resultados alcançados, os problemas encontrados e as soluções aplicadas, as atividades efetuadas e um calendário de atividades ainda por realizar.
- 10.8. Na medida do necessário, o(s) beneficiário(s) devem assegurar que as condições que lhes são aplicáveis, em virtude dos artigos 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 16 das presentes condições gerais, sejam igualmente aplicáveis aos terceiros adjudicatários de um apoio financeiro.

ARTIGO 11: PRORROGAÇÃO E SUSPENSÃO

Prorrogação

- 11.1. O coordenador informa, sem atraso, a Expertise France, acerca de todas as circunstâncias suscetíveis de afetar ou de atrasar a implementação da ação. Ele pode requerer, conforme o exposto no artigo 9, uma prorrogação do período de implementação da ação, segundo as disposições estipuladas no artigo 2 das condições particulares, colocando como anexos todos os documentos comprovativos necessários à respetiva análise.

Suspensão pelo coordenador

- 11.2. O coordenador pode suspender a implementação de toda ou de parte da ação, caso circunstâncias excecionais, principalmente em casos de força maior, tornem a implementação excessivamente difícil ou perigosa. O coordenador informa, imediatamente, a Expertise France, indicando a causa, o período provável e as consequências conjeturáveis da suspensão.
- 11.3. O coordenador ou a Expertise France podem, ainda, rescindir o contrato, nos termos do artigo 12.1. Na ausência de rescisão, o(s) beneficiário(s) esforçam-se por minimizar o período de suspensão, assim como quaisquer prejuízos eventuais, e retomam a implementação assim que as condições o permitam e após informarem a Expertise France.

Suspensão pela Expertise France

- 11.4. A Expertise France pode pedir ao(s) beneficiário(s) a suspensão da implementação de toda ou de parte da ação, caso circunstâncias excepcionais, como motivos de força maior, tornem a implementação excessivamente difícil ou perigosa. A Expertise France informa, imediatamente, o coordenador, indicando a causa e o período provável da suspensão.
- 11.5. O coordenador ou a Expertise France podem, ainda, rescindir o contrato, nos termos do artigo 12.1. Na ausência de rescisão, os beneficiários esforçam-se por minimizar o período de suspensão, assim como quaisquer prejuízos eventuais, e retomam a implementação assim que as condições o permitam e após serem autorizados pela Expertise France.
- 11.6. A Expertise France pode suspender o contrato e a participação de todo(s) os beneficiário(s) deste contrato se tiver provas de que, por razões objetivas e bem justificadas, é necessário verificar se:
- a) o processo de adjudicação ou de execução da ação revela erros substanciais, irregularidades ou fraude;
 - b) os beneficiários não executaram uma das obrigações substanciais que lhes foram incumbidas, nos termos do contrato.
- 11.7. O coordenador disponibiliza todos os documentos, esclarecimentos e informações necessários no prazo de trinta dias contados a partir da receção do pedido enviado pela Expertise France. Se, apesar de disponibilizados os documentos, os esclarecimentos e as informações, pelo coordenador, o procedimento de concessão ou a implementação da subvenção revelarem erros substanciais, irregularidades, fraude ou violação das obrigações, a Expertise France pode rescindir o contrato conforme o estipulado no artigo 12.2, alínea h).

Força maior

- 11.8. No presente contrato, entende-se por “força maior” qualquer evento imprevisível, independente da vontade das partes ou que estas não possam solucionar, não obstante a sua diligência, tal como catástrofes naturais, greves, *lockouts*, entre outros conflitos laborais, atos terroristas ligados a organizações de crime organizado, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, subsidência dos solos, terremotos, tempestades, raios, inundações, erosões, agitações civis, explosões. A decisão da Expertise France de suspender a cooperação com um país parceiro é considerada um caso de força maior, sempre que tal implique a suspensão do financiamento no âmbito do contrato.
- 11.9. Não se considera que o(s) beneficiário(s) tenham falhado relativamente às suas obrigações, em situações nas quais tenham sido impedidos de as executar, por exemplo, em casos de força maior.

Prorrogação do período de implementação da ação, após uma suspensão

- 11.10. Em caso de suspensão nos termos das disposições estipuladas nos artigos 11.2, 11.4 e 11.6, o período de implementação da ação é prorrogado por uma duração equivalente à do período de suspensão, sem prejuízo de quaisquer modificações ao contrato que possam ser necessárias, por forma a adaptar a ação às novas condições de implementação. O presente artigo 11.10 não se aplica no caso de uma subvenção de funcionamento.

ARTIGO 12: RESCISÃO DO CONTRATO

Rescisão em caso de força maior

- 12.1. Nos casos previstos nos artigos 11.2 e 11.4, se o coordenador ou a Expertise France considerarem que o contrato já não pode ser implementado efetiva ou adequadamente, terão de consultar a outra parte. Na ausência de acordo sobre uma possível solução, o coordenador ou a **Expertise France** podem rescindir o contrato na condição de enviarem um aviso com dois meses de antecedência, por escrito, sem a obrigação de pagarem qualquer indemnização.

Rescisão pela Expertise France

- 12.2. Sem prejuízo das disposições no artigo 12.1, a Expertise France pode, após consultar devidamente o coordenador, anular o contrato ou a participação do(s) beneficiário(s) que fizerem parte da ação, sem ter de indemnizar ninguém, nas seguintes circunstâncias:
- a) quando um/os beneficiário(s), sem justificação, não executarem as obrigações substanciais que lhes são incumbidas, individual ou coletivamente, nos termos do contrato e quando, intimados por carta registada a cumprir as obrigações, mesmo assim não as cumprirem ou não apresentarem uma explicação válida aquando do vencimento do prazo de trinta dias contados a partir da data de receção da carta;
 - b) Quando um/os beneficiário(s) estão em situação de falência ou detêm um processo de liquidação, liquidação judicial, concordata preventiva, cessação de atividades, ou se o(s) beneficiário(s) estiverem em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
 - c) Quando um/os beneficiário(s) ou qualquer outra entidade ou pessoa associada forem consideradas culpadas de um delito que questione a respetiva integridade profissional, comprovado por qualquer meio;
 - d) Quando um/os beneficiário(s) ou qualquer entidade ou pessoa associada tenha(m) cometido atos de fraude ou de corrupção, ou tenha(m) feito parte de uma organização criminosa, de operações de branqueamento de capitais ou de qualquer outra atividade ilegal que transgrida os interesses financeiros da Expertise France;

- e) quando uma alteração jurídica, financeira, técnica, de organização ou de controlo, ou o término da participação de um (dos) beneficiário(s) afete, de maneira substancial, a implementação do contrato ou coloque em causa a decisão de concessão da subvenção;
- f) Quando um/os beneficiário(s) ou qualquer pessoa associada seja(m) culpado(s) de falsas declarações aquando da disponibilização de informações exigidas pela Expertise France para a participação no contrato ou pela implementação da ação; pela não disponibilização destas informações; ou pela respetiva disponibilização fora dos prazos estabelecidos no contrato;
- g) Quando um/os beneficiário(s) não cumpriram as respetivas obrigações relativas ao pagamento da quotização da segurança social ou as obrigações relativas ao pagamento de impostos, de acordo com as disposições legais do país onde os impostos são estabelecidos;
- h) Quando a Expertise France detem provas de que o(s) beneficiário(s) ou qualquer entidade ou pessoa associada cometeram erros substanciais, irregularidades ou uma fraude, no procedimento de concessão ou na execução da ação;
- i) Quando o(s) beneficiário(s) estejam sujeitos a uma sanção administrativa mencionada no artigo 12.8;
- j) Quando a Expertise France detem provas de que um/os beneficiário(s) se encontram em situação de conflito de interesses;
- k) Quando a Expertise France detem provas de que um/os beneficiário(s) cometeram erros sistemáticos e recorrentes, irregularidades, fraudes, ou estão em incumprimento grave face à execução das respetivas obrigações, ao abrigo de outras subvenções financiadas pela Expertise France e adjudicadas ao(s) mesmo(s) beneficiário(s) em condições semelhantes, na medida em que estes erros, irregularidades, fraudes ou incumprimento grave face à execução das obrigações, tenham um impacto material na presente subvenção.

12.3. Nos casos supramencionados, nas alíneas c), d), f), h) e k), entende-se por pessoa associada qualquer pessoa física que tenha poder de representação, de decisão ou de controlo perante o(s) beneficiário(s). Entende-se por entidade associada, particularmente, qualquer entidade que cumpre os critérios estipulados no artigo 1º da sétima diretiva 83/349/CEE do Conselho de 13 de junho de 1983.

Rescisão da participação de um/os beneficiário(s), por parte do coordenador

12.4. Em casos devidamente justificados, o coordenador pode, igualmente, anular a participação de um/os beneficiário(s) do contrato. Para este efeito, o coordenador apresenta à Expertise France os motivos justificadores da rescisão da participação, bem como a data em que esta rescisão

produzirá efeito, e uma proposta de redistribuição das funções do(s) beneficiário(s) cuja participação deve terminar, ou relativa à respetiva substituição eventual. Esta proposta deve ser enviada em devido tempo, antes de a rescisão produzir efeitos. No caso de a Expertise France concordar, o contrato será modificado, nos termos do artigo 9.

Data de conclusão

- 12.5. As obrigações de pagamento da Expertise France, no âmbito do contrato, terminam dezoito meses após o final da implementação da ação, tal como especificado no artigo 2 das condições particulares, salvo em caso de rescisão de contrato, nos termos do artigo 12. A Expertise France adiará este prazo, de modo a respeitar as suas obrigações de pagamento, sempre que o coordenador tenha submetido um pedido de pagamento conforme as disposições do contrato ou, em caso de litígio, até à conclusão do processo de resolução de litígios, previsto no artigo 13. A Expertise France notifica o coordenador acerca de quaisquer diferimentos relativos à data de conclusão.
- 12.6. O contrato é automaticamente rescindido se não tiver dado origem a qualquer pagamento por parte da Expertise France, nos dois anos seguintes à assinatura.

Consequências da rescisão

- 12.7. Em caso de rescisão, o coordenador deve tomar todas as medidas para anular a ação, o mais rápido possível e com as melhores condições, e por forma a reduzir as despesas ao mínimo. Sem prejuízo do disposto no artigo 14, o(s) beneficiário(s) apenas terão direito ao pagamento correspondente à parte da ação que foi executada, excluindo os custos relativos aos compromissos em curso, mas destinados a serem executados após a rescisão.

Para este efeito, o coordenador apresenta um pedido de pagamento, à Expertise France, no prazo indicado no artigo 15.2, contado a partir da data de rescisão.

Nos casos de rescisão previstos no artigo 12.1, a Expertise France pode aceitar reembolsar as despesas residuais incontornáveis incorridas durante o período de notificação, na condição de o presente artigo 12.7 ser corretamente executado.

Nos casos de rescisão previstos no artigo 12.2, alíneas a), c), d), f), h), e k), a Expertise France pode, após consultar devidamente o coordenador e em função da gravidade das infrações, exigir o reembolso parcial ou total das somas indevidamente pagas no âmbito da ação.

Sancões administrativas e financeiras

- 12.8. Sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais, o(s) beneficiário(s) que tenham prestado falsas declarações, que tenham cometido erros substanciais, irregularidades, ou uma fraude, ou ainda, que estejam em incumprimento da execução das respetivas obrigações contratuais, podem ser excluídos dos contratos e das subvenções financiadas pela Expertise France, por um período máximo de cinco anos contados a partir da constatação do

incumprimento. Este período pode aumentar para os dez anos, em caso de reincidência nos cinco anos seguintes ao primeiro incumprimento.

12.9. Não aplicável.

12.10. Não aplicável.

ARTIGO 13: DIREITO APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

13.1. O contrato rege-se pelo direito francês.

13.2. As partes fazem o possível por resolver, amigavelmente, quaisquer litígios que possam surgir entre elas na execução do contrato. Para este efeito, elas comunicam, por escrito, a respetiva situação, bem como qualquer solução que julguem possível, e reúnem-se a pedido de uma delas. O coordenador e a Expertise France devem responder, no prazo de trinta dias, a pedidos de resoluções amigáveis. Terminado este prazo, ou se a tentativa de resolução amigável não for bem-sucedida, no prazo de 120 dias após o primeiro pedido, o coordenador ou a Expertise France podem notificar a outra parte que o procedimento foi malsucedido.

13.3. Não aplicável.

13.4. Em caso de insucesso dos procedimentos supramencionados, cada parte pode apresentar o litígio aos tribunais franceses.

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO 14: CUSTOS ELEGÍVEIS

Critérios de elegibilidade dos custos:

- 14.1. Os custos elegíveis são os custos reais incorridos pelo(s) beneficiário(s), que cumprem os seguintes critérios:
- a) terem incorrido durante o período de implementação da ação, tal como especificado no artigo 2 das condições particulares. Em particular:
 - (i) os custos relativos a serviços e trabalhos devem corresponder a atividades realizadas durante o período de implementação. Os custos associados aos fornecimentos devem corresponder à entrega e instalação de materiais, durante o período de implementação. A assinatura de um contrato, uma encomenda ou a autorização de despesas, durante o período de implementação para o futuro fornecimento de serviços, de trabalhos, ou de materiais, não atendem essa exigência; as transferências de fundos entre o coordenador e os outros beneficiários e/ou entidades afiliadas não são consideradas como custos incorridos.
 - (ii) os custos incorridos deveriam ser pagos anteriormente à apresentação dos relatórios finais. Podem ser pagos posteriormente, desde que sejam mencionados no relatório final, juntamente com a data estimada para o pagamento;
 - (iii) é prevista uma exceção para os custos relativos aos relatórios finais, incluindo a verificação das despesas, a auditoria e a avaliação final da ação, suscetíveis de serem incorridos após o período de implementação da ação;
 - (iv) os processos de adjudicação dos contratos, mencionados no artigo 10, podem ter sido iniciados, e os contratos podem ser celebrados pelo(s) beneficiário(s) antes do início do período de implementação, desde que as disposições estipuladas no anexo IV tenham sido respeitadas;
 - b) estarem mencionados no orçamento global estimado da ação;
 - c) serem necessários para a execução da ação;
 - d) serem identificáveis e verificáveis, nomeadamente estarem registados na contabilidade do(s) beneficiário(s) e serem determinados conforme as normas contabilísticas e as práticas habituais do(s) beneficiário(s), no que respeita à contabilidade analítica;

- e) satisfazem os requisitos da legislação fiscal e social aplicáveis;
- f) são razoáveis, justificados e respeitam o princípio da boa gestão financeira, nomeadamente no que se refere à economia e à eficiência.

Custos diretos elegíveis

14.2. Sob reserva do disposto no artigo 14.1 e, se pertinente, do cumprimento das disposições do anexo IV, são elegíveis os seguintes custos diretos do(s) beneficiário(s):

- a) os custos do pessoal afetado à ação, correspondentes aos salários brutos reais, acrescidos das contribuições para a segurança social e outros custos que fazem parte da remuneração; não devem exceder os salários e custos normalmente suportados pelo(s) beneficiário(s), a menos que seja apresentada uma justificação de os excedentes serem essenciais para a realização da ação;
- b) as despesas de viagem e de estadia do pessoal e outros participantes na ação, desde que correspondam às práticas habituais do(s) beneficiário(s) em conformidade com as suas regras e regulamentos ou não excedam as tabelas publicadas pela Comissão no momento desta missão, se forem reembolsadas com base em opções de custos simplificadas;
- c) as despesas de aquisição de equipamentos (novos ou em segunda mão) e de fornecimentos especificamente destinados às necessidades da ação, desde que sejam objeto de uma transferência de propriedade no termo da ação, tal como previsto no artigo 7.5;
- d) os custos dos bens consumíveis;
- e) os custos decorrentes de outros contratos celebrados pelo(s) beneficiário(s) para efeitos da implementação da ação, nos termos do artigo 10;
- f) os custos decorrentes diretamente das exigências do contrato (divulgação de informações, avaliação específica da ação, auditorias, traduções, reprodução, seguros, etc.), incluindo as despesas com serviços financeiros (nomeadamente o custo das transferências e das garantias financeiras, quando exigidas no âmbito do contrato);
- g) os direitos, impostos e quaisquer outros impostos ou encargos, incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, pagos e não recuperáveis pelo(s) beneficiário(s), salvo disposição em contrário nas condições especiais;
- h) as despesas gerais, no caso de uma subvenção de funcionamento.

Opções de custos simplificados

14.3. Em conformidade com as disposições pormenorizadas constantes do anexo III, os custos elegíveis podem igualmente consistir numa das seguintes opções de custos ou numa combinação das mesmas:

- a) custos unitários;
- b) montantes fixos;
- c) financiamento a uma taxa fixa.

14.4. Os métodos utilizados pelo(s) beneficiário(s) a fim de determinar os custos unitários, os montantes fixos ou os financiamentos a taxa fixa devem ser claramente descritos e indicados no anexo III. Devem respeitar a regra do não-lucro e evitar o duplo financiamento dos mesmos custos. As informações utilizadas podem basear-se na contabilização dos custos históricos e/ou reais e nos dados de contabilidade analítica do(s) beneficiário(s) ou em informações externas, quando disponíveis e pertinentes.

Os custos declarados no quadro das opções de custos simplificados devem satisfazer os critérios de elegibilidade enunciados nos artigos 14.1 e 14.2. Estes não devem ser comprovados por documentos contabilísticos ou comprovativos, exceto os necessários para demonstrar o cumprimento das condições de reembolso estabelecidas nos anexos I e III.

Estes custos não podem incluir custos não elegíveis tal como referidos no artigo 14.9 nem custos já declarados no âmbito de outra rubrica ou rubrica orçamental do contrato.

Os montantes ou taxas dos custos unitários, montantes fixos ou financiamentos a taxa fixa estabelecidos no anexo III não podem ser alterados unilateralmente e não podem ser contestados com base em controlos *ex post*.

14.5. O montante total do financiamento que pode ser concedido com base nos custos simplificados não pode ser superior a 60.000 euros por beneficiário, salvo disposição em contrário nas condições específicas.

Reserva para imprevistos

14.6. Pode ser inscrita no orçamento da ação uma reserva para imprevistos e/ou para eventuais flutuações das taxas de câmbio, limitada a 5 % do montante dos custos diretos elegíveis, a fim de permitir os ajustamentos que se tornaram necessários na sequência de uma alteração imprevisível das circunstâncias no terreno. Só pode ser utilizado com a autorização prévia por escrito da Expertise France, mediante pedido devidamente justificado do coordenador.

Custos indiretos

14.7. Os custos indiretos da ação são os custos elegíveis que, em conformidade com as condições de elegibilidade estabelecidas no artigo 14.1, não podem ser identificados como custos específicos da ação diretamente relacionados com a sua realização e que podem ser diretamente

imputados, mas que são, no entanto, suportados pelo(s) beneficiário(s) em relação aos custos diretos elegíveis da ação. Estes custos não podem incluir custos não elegíveis tal como referidos no artigo 14.9 nem custos já declarados no âmbito de uma outra rubrica orçamental do contrato.

Para cobrir os custos indiretos da ação, pode ser pedida uma percentagem fixa do montante total dos custos diretos elegíveis da ação, não superior à percentagem estabelecida no artigo 3 das condições especiais. O financiamento a taxa fixa dos custos indiretos não deve ser justificado por documentos contabilísticos. Esse montante não deve ser tido em conta para efeitos do montante máximo das opções de custos simplificados.

Os custos indiretos não são elegíveis no quadro de uma subvenção concedida a um beneficiário que já beneficia de uma subvenção de funcionamento financiada a partir do orçamento da União Europeia durante o período em questão.

O presente artigo 14.7 não se aplica no caso de uma subvenção de funcionamento.

Contribuições em espécie

- 14.8. As eventuais contribuições em espécie, que devem ser enumeradas separadamente no anexo III, não correspondem a despesas reais e não constituem custos elegíveis. Salvo especificação em contrário nas condições especiais, as contribuições em espécie não podem ser consideradas como sendo um cofinanciamento pelo(s) beneficiário(s).

Se as contribuições em espécie forem aceites enquanto cofinanciamento, o(s) beneficiário(s) deve(m) assegurar o cumprimento das regras nacionais em matéria fiscal e de segurança social.

Sem prejuízo do disposto supra, se a descrição da ação prever contribuições em espécie, estas devem ser fornecidas.

Custos inelegíveis

- 14.9. São considerados não elegíveis os seguintes custos:

- a) as dívidas e encargos da dívida (juros);
- b) as provisões para eventuais perdas ou dívidas futuras;
- c) os custos declarados pelo(s) beneficiário(s) e abrangidos no âmbito de uma outra ação ou de um programa de trabalho queque beneficie de uma subvenção concedida pela Expertise France;
- d) a compra de terrenos ou de edifícios, salvo se tais aquisições forem indispensáveis para a implementação direta da ação e nos termos das condições definidas nas condições especiais, a sua propriedade deve ser sempre transferida em conformidade com o

artigo 7.5, até ao final da ação, o mais tardar;

- e) as perdas cambiais;
- f) os empréstimos a terceiros, exceto quando especificado em contrário nas condições especiais;
- g) as contribuições em espécie
- h) os custos dos salários do pessoal das administrações nacionais, salvo disposição em contrário das condições especiais e apenas na medida em que esses custos estejam relacionados com atividades que a administração em questão não tomaria normalmente a seu cargo se a ação não fosse realizada.

Entidades afiliadas

- 14.10. Se as condições especiais incluírem uma disposição relativa às entidades afiliadas ao beneficiário, os custos incorridos por essas entidades podem ser elegíveis, nas condições estipuladas nos artigos 14º e 16º, e o beneficiário assegurar que os artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 10º e 16º são igualmente aplicáveis à entidade.

ARTIGO 15: PAGAMENTOS E JUROS DE MORA

Condições de pagamento

- 15.1. A Expertise France deve pagar a subvenção ao coordenador de acordo com um dos procedimentos de pagamento a seguir indicados, em conformidade com o artigo 4 das condições especiais.

Opção 1: Ações cujo período de implementação seja igual ou inferior a 12 meses ou cuja subvenção seja igual ou inferior a 100 000 €uros

- (i) um pré-financiamento inicial de um montante igual a 80 % do montante máximo referido no artigo 3.2 das condições especiais (excluindo a reserva para imprevistos);
- (ii) (o saldo do montante final da subvenção.

Opção 2: Ações cujo período de implementação seja superior a 12 meses e cuja subvenção seja superior a 100.000 €uros

- (i) um pré-financiamento inicial que representa 100% da parte do orçamento previsional financiada pela Expertise France correspondente ao primeiro período de relatório (excluindo a reserva para imprevistos). A parte do orçamento financiada pela Expertise

France é calculada aplicando a percentagem definida no artigo 3.2 das condições especiais;

- (ii) pré-financiamentos seguintes que representam 100% da parte do orçamento previsional financiado pela Expertise France correspondente ao período de relatório seguinte (excluindo imprevistos não autorizados);
- entende-se por período de relatório um período de doze meses, salvo disposição em contrário nas condições especiais. Se o período restante até ao final da Ação for superior a dezoito meses, o período abrangido pelo relatório deve abrangê-lo integralmente;
 - no prazo de 60 dias a contar do fim do período abrangido pelo relatório, o coordenador apresentará um relatório intercalar ou, na impossibilidade de o fazer, informará a Expertise France das razões para tal e apresentará um resumo dos progressos da ação;
 - se, no final do período de relatório, a proporção das despesas realmente incorridas e financiadas pela Expertise France for inferior a 70 % do pagamento anterior (e a 100 % de quaisquer pagamentos anteriores), o pré-financiamento subsequente será reduzido do montante correspondente à diferença entre o limiar de 70 % do pagamento de pré-financiamento anterior e a proporção das despesas realmente incorridas e financiadas pela Expertise France;
 - o coordenador pode apresentar um pedido subsequente de pré-financiamento antes do termo do período abrangido pelo relatório, quando a parte das despesas efetivamente incorridas e financiadas pela Expertise France for superior a 70% do pagamento anterior (e 100% de quaisquer pagamentos anteriores). Neste caso, o período seguinte de relatório recomeçará a correr a partir da data de fim do período abrangido por este pedido de pagamento;
 - ☐ além disso, no que se refere a subvenções superiores a 5.000.000 de EUR, só pode ser efetuado um pagamento de pré-financiamento subsequente se a parte dos custos elegíveis aprovados financiada pela Expertise France for pelo menos igual ao montante total de todos os pagamentos anteriores, com exclusão do último;
 - o montante cumulado dos pagamentos de pré-financiamento não pode exceder 90 % do montante referido no artigo 3.2 das condições especiais, excluindo circunstâncias imprevistas não autorizadas;

- (iii) (o saldo do montante final da subvenção.

Opção 3: Todas as ações

-
- (i) o montante final da subvenção.

Apresentação dos relatórios finais

- 15.2. O coordenador apresenta o relatório final à Expertise France o mais tardar três meses após o termo do período de implementação, tal como definido no artigo 2 das condições especiais. O prazo para a apresentação do relatório final será alargado para seis meses se o coordenador não tiver a sua sede no país de implementação da ação.

Pedido de pagamento

- 15.3. O pedido de pagamento será estabelecido em conformidade com o modelo constante do anexo V e será acompanhado dos seguintes documentos:
- a) um relatório narrativo e financeiro, em conformidade com o estipulado no artigo 2;
 - b) um orçamento previsional para o período seguinte abrangido pelo relatório, tratando-se de um pedido de pré-financiamento suplementar;
 - c) um relatório de verificação das despesas ou, se for caso disso, uma discriminação pormenorizada das despesas, em conformidade com o artigo 15.7.

Para efeitos de pagamento inicial do pré-financiamento, o contrato assinado vale como pedido de pagamento. Será acompanhado de uma garantia financeira, se exigido nas condições especiais.

O pagamento não implica o reconhecimento da regularidade, da autenticidade, da completude nem da correção das declarações e informações prestadas.

Prazos de pagamento

- 15.4. Os pagamentos iniciais de pré-financiamento são efetuados no prazo de trinta dias a contar da receção do pedido de pagamento da Expertise France.

Os pagamentos de pré-financiamento seguintes e os pagamentos do saldo são efetuados no prazo de sessenta dias a contar da receção do pedido de pagamento da Expertise France.

Todavia, os pagamentos de pré-financiamento seguintes e os pagamentos do saldo serão efetuados por conta da Expertise France no prazo de noventa dias a contar da receção do pedido de pagamento, num dos casos seguintes:

- a) o beneficiário tiver entidades afiliadas;
- b) mais do que um Beneficiário forem partes no presente contrato;

- c) Não aplicável.
- d) o montante da subvenção for superior a 5.000.000 EUR.

Na falta de resposta por escrito por parte da Expertise France nos prazos supramencionados, o pedido de pagamento será considerado aceite.

Suspensão do período de pagamento

- 15.5. Sem prejuízo do disposto no artigo 12, os prazos de pagamento podem ser suspensos mediante notificação ao coordenador do seguinte modo:
- a) o montante indicado no seu pedido de pagamento não é devido, ou;
 - b) os documentos comprovativos adequados não foram apresentados, ou;
 - c) podem ser solicitados esclarecimentos, alterações ou informações adicionais aos relatórios narrativos ou financeiros, ou;
 - d) em caso de dúvida quanto à elegibilidade das despesas e se for necessário proceder a verificações suplementares, incluindo através de um controlo no local, a fim de se certificar de que as despesas são elegíveis, ou;
 - e) é necessário verificar se ocorreram efetivamente erros substanciais, irregularidades ou fraudes presumidas durante o procedimento de adjudicação ou a execução da ação; ou
 - f) é necessário verificar se os beneficiários não cumpriram uma das suas obrigações substanciais que lhes incumbem por força do contrato; ou
 - g) as obrigações em matéria de visibilidade constantes do artigo 6 não são respeitadas.

A suspensão dos prazos de pagamento entra em vigor na data em que a Expertise France enviar a notificação ao coordenador. O prazo de pagamento recomeça a correr a partir da data de registo do pedido de pagamento corretamente estabelecido. O coordenador fornecerá todos os esclarecimentos, informações ou documentos solicitados no prazo de trinta dias a contar da data do pedido.

Se, apesar dos documentos, esclarecimentos ou informações fornecidos pelo coordenador, o pedido de pagamento continuar a ser inadmissível ou se o procedimento de concessão ou de implementação da subvenção se revelar viciado por erros substanciais, irregularidades, fraude ou violação das obrigações, a Expertise France pode recusar prosseguir os pagamentos e pode, nos casos referidos no artigo 12, rescindir o contrato.

Além disso, por antecipação ou em alternativa à rescisão do contrato previsto no artigo 12, a Expertise France pode igualmente suspender os pagamentos a título cautelar e sem pré-aviso.

Juros de mora

15.6. Se a Expertise France pagar o coordenador após o termo do prazo, pagará juros de mora calculados da seguinte forma:

- a) à taxa de redesconto do banco central do país onde a Expertise France está estabelecida, se os pagamentos forem efetuados na moeda desse país;
- b) à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento em euros, tal como publicado na série C do Jornal Oficial da União Europeia, se os pagamentos forem efetuados em euros,

no primeiro dia do mês em que esse prazo termina, majorada de três pontos e meio. Os juros de mora referem-se ao período compreendido entre o termo do prazo de pagamento e a data em que o montante é debitado na conta da Expertise France.

A título excecional, se os juros calculados nos termos do disposto na presente disposição forem iguais ou inferiores a 200 EUR, estes só serão pagos ao Coordenador a pedido, que deve ser apresentado no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento em atraso.

Estes juros não são considerados como uma receita para efeitos do artigo 17.2.

O artigo 15.6 não se aplica se o coordenador for um Estado-membro da União Europeia, nomeadamente autoridades públicas locais e regionais ou qualquer outro organismo público agindo em nome e por conta do Estado-membro para efeitos do contrato.

Relatório de verificação das despesas

15.7. O coordenador deve apresentar um relatório de verificação das despesas por:

- a) qualquer pedido de pagamento suplementar do pré-financiamento, no caso de subvenções de montante igual ou superior a 5.000.000 EUR;
- b) qualquer relatório final no caso de uma subvenção de um montante superior a 100.000 euros.

O relatório de verificação das despesas deve obedecer ao modelo constante do anexo VII e ser elaborado por um auditor aprovado ou escolhido pela Expertise France. O auditor deve cumprir os requisitos descritos nos termos de referência relativos ao controlo das despesas constantes do anexo VII.

O auditor examina se os custos declarados pelo(s) beneficiário(s) são reais, contabilizados com exatidão e elegíveis em conformidade com as disposições do contrato. O relatório de verificação de despesas deve incidir sobre todas as despesas não abrangidas por qualquer relatório de

verificação de despesas anterior.

Se não for necessária uma verificação das despesas juntamente com os pedidos de pagamento de pré-financiamento, deve ser fornecida, uma vez por outra, uma discriminação pormenorizada das despesas relativas aos períodos de relatório anteriores ainda não abrangidos no que diz respeito aos pedidos de pré-financiamento subsequentes, a partir do segundo pedido de pagamento de pré-financiamento subsequente (terceiro, quinto, sétimo,... pagamento de pré-financiamento).

A discriminação pormenorizada das despesas deve fornecer as seguintes informações para cada rubrica do relatório financeiro e para todos os registos e transações subjacentes: montante

do registo ou da transação, referência contabilística (livro diário, razão geral ou outra referência relevante), descrição do registo ou transação (especificando a natureza da despesa) e referência a documentos comprovativos (por exemplo, número da fatura, ficha de salário ou outra referência relevante), em conformidade com o artigo 16.1. Deve ser fornecido, tanto quanto possível, em formato eletrónico e sob a forma de uma folha de cálculo (*Excel* ou similar).

A discriminação pormenorizada das despesas deve ser acompanhada de uma declaração sob compromisso de honra do coordenador que certifique que as informações constantes do seu pedido de pagamento são completas, fiáveis e corretas e que os custos declarados foram incorridos e podem ser considerados como elegíveis, em conformidade com as disposições do contrato.

Em todos os casos, o relatório final incluirá uma discriminação pormenorizada das despesas relativas ao conjunto da ação.

Se o coordenador for uma administração ou um organismo público, a Expertise France pode aceitar uma repartição pormenorizada das despesas em vez de um relatório de verificação das despesas.

O coordenador não tem de apresentar um relatório de verificação das despesas se a verificação for efetuada diretamente pelo pessoal da Expertise France, em conformidade com o artigo 5.2 das condições especiais.

Garantia financeira

- 15.8. Se o montante da subvenção exceder 60.000 EUR, a Expertise France pode pedir uma garantia financeira pelo montante do pagamento inicial do pré-financiamento.

Esta garantia é expressa em euros ou na moeda do Estado em que a Expertise France está estabelecida, em conformidade com o modelo constante do anexo VIII e, salvo disposição em contrário da Expertise France, é prestada por uma instituição bancária ou financeira aprovada sedeadada num dos Estados-membros da União Europeia. Permanece em vigor até à sua libertação

pela Expertise France aquando do pagamento do saldo.

Esta disposição não se aplica se o coordenador for uma instituição sem fins lucrativos, uma administração ou um organismo público, salvo disposição em contrário nas condições especiais.

Regras que regem a conversão monetária

- 15.9. Os pagamentos são realizados pela Expertise France para a conta bancária indicada no formulário de identificação financeira que figura no anexo V, que permite identificar os fundos pagos pela Expertise France. A Expertise France efetua os pagamentos na moeda especificada nas condições especiais.

Os relatórios devem ser apresentados na moeda especificada nas condições especiais e podem basear-se em demonstrações financeiras expressas noutras moedas, em conformidade com a legislação e as normas contabilísticas aplicáveis próprias ao(s) beneficiário(s). Neste caso, e para efeitos da elaboração do relatório, a conversão para a moeda definida nas condições especiais será efetuada utilizando a taxa de câmbio utilizada para registar cada contribuição da

Expertise França nas contas do(s) beneficiário(s), salvo disposição em contrário nas condições especiais.

- 15.10. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, a conversão dos custos incorridos em divisas diferentes das utilizadas na contabilidade do(s) beneficiário(s) da ação é efetuada com base numa taxa coerente com as suas práticas contabilísticas habituais, desde que sejam respeitadas as seguintes condições: (i) trata-se de uma regra contabilística escrita, ou seja, uma prática padrão do beneficiário; (ii) estas regras são aplicadas de forma consistente; (iii) a igualdade de tratamento é aplicada a todos os tipos de operações e fontes de financiamento; (iv) o sistema pode ser comprovado e as taxas de câmbio são facilmente acessíveis para verificação.

Em caso de flutuação das taxas de câmbio de carácter excecional, as partes consultar-se-ão mutuamente com vista a alterar a ação a fim de reduzir os efeitos dessa flutuação. Em função das necessidades, a Expertise France pode tomar medidas adicionais, como a rescisão do contrato.

ARTIGO 16: CONTABILIDADE E CONTROLOS TÉCNICOS E FINANCEIROS

Contas

- 16.1. O(s) beneficiário(s) deve(m) manter registos e contas exatos e sistemáticos relativos à implementação da ação, sob a forma de uma contabilidade específica por partidas dobradas.

A contabilidade:

- a) é integrada no sistema contabilístico habitual do(s) beneficiário(s) ou constitui um

complemento do mesmo;

- b) respeita as políticas e regras em matéria de contabilidade e de escrituração aplicáveis no país em questão;
- c) devem permitir o acompanhamento, a identificação e a verificação fáceis das receitas e despesas relativas à ação.

16.2. O coordenador deve velar por que possa ser facilmente realizada uma conciliação adequada entre os relatórios financeiros exigidos no artigo 2 e o seu sistema contabilístico, bem como as correspondentes contas e extratos. Para o efeito, o(s) beneficiário(s) deve(m) preparar e manter, para efeitos de inspeção e de verificação, as reconciliações adequadas, bem como os inventários, análises e outras contas justificativas pormenorizadas.

Direito de acesso

16.3. O(s) beneficiário(s) autoriza(m) a realização de auditorias pela Expertise France, TRACFIN, o Organismo Europeu de Luta Antifraude, o Tribunal de Contas francês e europeu e qualquer auditor externo designado pela Expertise France. O(s) beneficiário(s) deve(m) tomar todas as medidas necessárias para facilitar o seu trabalho.

16.4. O(s) beneficiário(s) deve(m) permitir às entidades acima referidas:

- a) o acesso às instalações e outros locais de execução da Ação;
- b) o exame dos seus sistemas contabilísticos e informáticos, documentos e bases de dados relativos à gestão técnica e financeira da Ação;
- c) a cópia de documentos;
- d) a realização de controlos no local;
- e) a realização de uma auditoria integral assente em todos os documentos contabilísticos e em quaisquer outros documentos pertinentes ao financiamento da Ação.

16.5. Além disso, TRACFIN ou o Organismo Europeu de Luta Antifraude serão autorizados a efetuar controlos e verificações no local em conformidade com os procedimentos previstos na legislação francesa e da União Europeia para a proteção dos interesses financeiros da França e da União contra a fraude e outras irregularidades.

Os resultados podem, se necessário, conduzir a decisões de recuperação por parte da Expertise France.

16.6. O acesso das pessoas mandatadas pela Expertise France, por TRACFIN, pelo Organismo Europeu

de Luta Antifraude e pelos Tribunais de Contas francês e europeu, bem como por qualquer auditor externo mandatado pela Expertise France e que realiza as verificações nos termos do presente artigo e do nº 7 do artigo 15º, será concedido em condições de estrita confidencialidade relativamente a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que estejam sujeitas.

Conservação de registos

- 16.7. Os beneficiários devem conservar todos os registos e documentos contabilísticos e comprovativos relativos ao presente contrato durante cinco anos após o pagamento do saldo, ou três anos no caso de subvenções cujo montante não exceda 60.000 EUR; em todo o caso, até que uma auditoria ou verificação em curso, um recurso, litígio ou reclamação pendente tenha sido dirimido.

Os documentos devem ser facilmente acessíveis e classificados de modo a permitir um controlo fácil, devendo o coordenador informar a Expertise France do local específico onde são conservados.

- 16.8. Todos os documentos comprovativos devem estar disponíveis na sua forma original, inclusive em formato eletrónico.
- 16.9. Para além dos relatórios mencionados no artigo 2, os documentos referidos no presente artigo devem incluir, nomeadamente:
- a) demonstrações contabilísticas (informatizadas ou manuais) que emanem do sistema contabilístico do(s) beneficiário(s), tais como o razão geral das contas, os livros auxiliares e as contas de vencimentos, os registos dos ativos fixos e quaisquer outras informações contabilísticas pertinentes;
 - b) elementos comprovativos dos procedimentos de adjudicação de contratos, tais como os documentos dos concursos, as propostas dos proponentes e os relatórios de avaliação;
 - c) prova de compromissos, tais como os contratos e as notas de encomenda;
 - d) comprovativos da prestação de serviços, tais como os relatórios aprovados, as folhas de presença, os títulos de transporte, os comprovativos da participação em seminários, conferências ou cursos (incluindo a documentação e os materiais recebidos, os certificados), etc.;
 - e) comprovativos da receção de mercadorias, tais como notas de entrega dos fornecedores;
 - f) comprovativos da realização de trabalhos, tais como os certificados de receção;
 - g) comprovativos de compras, como faturas e recibos;

- h) comprovativos de pagamento, tais como extratos bancários, avisos de débito, documentos comprovativos do pagamento pelo contratante;
- i) comprovativos de que o reembolso dos impostos e/ou do IVA pagos não pode ser reclamado;
- j) uma lista recapitulativa da quilometragem percorrida, do consumo médio dos veículos utilizados, do preço do combustível e dos custos de manutenção, no que se refere às despesas de combustível e de lubrificantes;
- k) registos do pessoal e dos salários, tais como os contratos, os boletins de vencimento, as folhas de presença. Em relação ao pessoal recrutado a nível local por um período determinado, os pormenores relativos à remuneração paga, certificada pelo responsável local, e contendo uma repartição por salário bruto, contribuições para a segurança social, seguro e salário líquido. Para o pessoal expatriado e/ou pessoal estabelecido na Europa (quando a ação é implementada na Europa), declarações de despesas por mês de presença efetiva, com base nos custos por unidade de presença registada e contendo uma repartição por salário bruto, contribuições para a segurança social, seguro e salário líquido.

ARTIGO 17: MONTANTE FINAL DA SUBVENÇÃO

Montante final

- 17.1. A subvenção não pode ser superior ao limite máximo fixado no artigo 3.2 das condições especiais, em termos absolutos ou em percentagem.

Se os custos elegíveis no termo da ação forem inferiores aos custos elegíveis estimados tal como mencionados no artigo 3.1 das condições especiais, a subvenção será limitada ao montante resultante da aplicação da percentagem prevista no artigo 3.2 das condições especiais aos custos elegíveis da ação aprovada pela Expertise France.

- 17.2. Além disso, e sem prejuízo do seu direito de rescindir o contrato nos termos do artigo 12, em caso de implementação inadequada da ação, se esta só for parcialmente implementada e, portanto, não conforme com as condições estabelecidas na descrição da ação no anexo I, ou em caso de atraso, a Expertise France pode, mediante decisão devidamente fundamentada e após ter dado aos beneficiários o direito de apresentarem as suas observações, reduzir o montante da subvenção proporcionalmente à parte da ação efetivamente implementada e em conformidade com as disposições do presente contrato. O mesmo se aplica às obrigações em matéria de visibilidade constantes do artigo 6.

Princípio do não-lucro

- 17.3. A subvenção não pode gerar lucros para o(s) beneficiário(s), salvo disposição em contrário do artigo 7 das condições especiais. Entende-se por lucro um excedente das receitas em relação aos custos elegíveis aprovados pela Expertise France aquando da apresentação do pedido de pagamento do saldo.
- 17.4. As receitas a considerar são as receitas consolidadas na data em que o coordenador estabelece o pedido de pagamento do saldo, e que se inserem numa das duas categorias seguintes:
- a) rendimentos gerados pela ação, salvo determinação em contrário nas condições especiais;
 - b) contribuições financeiras expressamente afetadas pelos doadores ao financiamento dos mesmos custos elegíveis que os financiados pelo contrato e declarados pelo(s) beneficiário(s) como sendo custos reais ao abrigo do presente contrato. Não serão consideradas receitas a ter em conta para efeitos de verificação de geração de lucros para o(s) beneficiário(s), as contribuições financeiras que possam ser utilizadas pelo(s) beneficiário(s) para cobrir outros custos diferentes dos custos elegíveis previstos no contrato ou cuja parte não utilizada não seja devida aos doadores no final da ação.
- 17.5. No caso de uma subvenção de funcionamento, os montantes consagrados à constituição de reservas não são considerados como receitas.
- 17.6. Quando o montante final da subvenção determinado em conformidade com o contrato se traduzir num lucro, este será deduzido da percentagem do lucro correspondente à contribuição final da Expertise France para os custos elegíveis efetivamente incorridos e aprovados pela Expertise France.
- 17.7. O disposto no artigo 17.3 não se aplica a:
- a) às ações cujo objetivo seja o reforço da capacidade financeira de um beneficiário, se tal estiver especificado no artigo 7 das condições especiais;
 - b) às ações que geram um rendimento para assegurar a sua continuidade após o termo do contrato, se tal for especificado no artigo 7 das condições especiais;
 - c) a outras ajudas diretas pagas a pessoas singulares em situação de necessidade urgente, tais como os desempregados ou os refugiados, quando isto for especificado no artigo 7 das condições especiais;
 - d) às bolsas de estudo, de investigação ou de formação concedidas a pessoas singulares;
 - e) subvenções de montante igual ou inferior a 60.000 EUR.

ARTIGO 18: RECUPERAÇÃO

Recuperação

- 18.1. Em caso de pagamento indevido de qualquer montante ao coordenador, ou se a recuperação se justificar nos termos do presente contrato, o coordenador compromete-se a reembolsar esse montante à Expertise France.
- 18.2. Em particular, os pagamentos efetuados não impedem a Expertise France de emitir uma ordem de cobrança na sequência de um relatório de verificação das despesas, de uma auditoria ou de qualquer outra verificação do pedido de pagamento.
- 18.3. Se uma verificação revelar que os métodos utilizados pelo(s) beneficiário(s) para determinar os custos unitários, os montantes fixos ou os financiamentos a taxa fixa não respeitam as condições estabelecidas no contrato, a Expertise France é autorizada a reduzir proporcionalmente até ao montante dos custos unitários, dos montantes fixos ou dos financiamentos a taxa fixa.
- 18.4. O coordenador compromete-se a reembolsar à Expertise France os montantes que lhe forem pagos em excesso relativamente ao montante final devido, o mais tardar quarenta e cinco dias após a data de emissão da nota de débito, sendo esta última a carta através da qual a Expertise France reclama o montante devido pelo coordenador.

Juros de mora

- 18.5. Em caso de não reembolso pelo coordenador no prazo estipulado pela Expertise France, este pode acrescentar juros de mora aos montantes devidos à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento em euros, tal como publicado na série C do Jornal Oficial da União Europeia, se os pagamentos forem efetuados em euros, no primeiro dia do mês em que esse prazo termina, majorada de três pontos e meio. Os juros de mora referem-se ao período compreendido entre o termo do prazo fixado pela Expertise France e a data do pagamento efetivo. Qualquer pagamento parcial deve ser previamente imputado aos juros de mora assim determinados.

Compensação

- 18.6. A Expertise France pode recuperar somas que lhe são devidas compensando-as com somas devidas ao coordenador, depois de o ter informado devidamente, seja a que título for, sem prejuízo de qualquer escalonamento acordado entre as partes.

Outras disposições

- 18.7. O reembolso nos termos do artigo 18.4 ou a compensação nos termos do artigo 18.7, corresponde ao pagamento do saldo.
- 18.8. Os encargos bancários resultantes do reembolso dos montantes devidos à Expertise France são suportados exclusivamente pelo Coordenador.

-
- 18.9. A garantia do pré-financiamento pode ser acionada para o reembolso de qualquer montante devido pelo(s) beneficiário(s), devendo o garante proceder ao pagamento sem demora nem objeções, qualquer que seja a razão.
- 18.10. Sem prejuízo das prerrogativas da Expertise France, se necessário, a União Europeia ou o Estado francês, enquanto doador, podem eles próprios proceder à recuperação por qualquer meio.
